

Pós-Estruturalismo e Neorrealismo: Críticas e perspectivas nas Relações Internacionais

Post-structuralism and Neorealism: Critics and perspectives in International Relations

Felipe Florencio¹

RESUMO

O presente artigo propõe situar o pós-estruturalismo dentro da narrativa teórica de relações internacionais e discutir suas principais críticas ao Neorrealismo. Compreende-se que as teorias de relações internacionais devem ser vistas não como explicações pré-moldadas, mas sim como condicionalidades explicativas, salvaguardando suas conceitualizações e discursos às circunstâncias históricas em que foram concebidas.

Palavras-chave: Pós-estruturalismo; Neorrealismo; teoria de relações internacionais.

ABSTRACT

The present article looks to place post-structuralism within the theoretical narrative of international relations and discuss its main criticisms regarding Neorealism. It is understood that the international relations theories should not be seen as predefined explanations, but as explanatory conditionalities, whose conceptualizations and discourse are tied to the historical circumstances in which they were designed.

Keywords: Post-structuralism; Neorealism; international relations theory.

INTRODUÇÃO

As reconstruções históricas e em particular as relativas à concepção de uma ordem de discurso são sempre difíceis de realizar. Um dos fatores que lhes confere complexidade é sua ruptura com a ideia de linearidade. Ciente de que qualquer possibilidade de reconstrução histórica é arbitrária, não se pretende realizar neste

¹Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná. Graduado em Relações Internacionais pela Unicuritiba, além de graduando em Ciências Econômicas e membro do Programa de Educação Tutorial da UFPR, Curitiba, Brasil. Contato: felipe.florencio@hotmail.com.

estudo a historiografia da Teoria de Relações Internacionais, mas delimitar alguns pontos de inflexão e dotar de significado o que chamamos de pós-estruturalismo.

O objetivo principal deste ensaio é situar o pós-estruturalismo dentro dos debates de teoria das relações internacionais e discutir suas principais críticas acerca do neorrealismo. Contudo, não nos atemos apenas a isto; tenta-se também fazer uma correlação crítica com os aspectos sincrônicos da teoria convencional, diante do ponto de vista diacrônico da pós-modernidade.

Apesar de o pós-estruturalismo ser tido como uma vertente da teoria crítica das relações internacionais, ele é pouco explorado pela academia. Destarte, acreditamos que suas contribuições perpassam a análise estrutural neorrealista e abordam uma problemática mais profunda: a ontologia de termos caricaturais largamente utilizados nas problematizações teóricas de relações internacionais.

Portanto, em um primeiro momento far-se-á um brevíssimo histórico dos debates contemporâneos de relações internacionais, para no segundo ato tecermos algumas acepções gerais sobre o aspecto pós-estruturalista de Richard Ashley e Robert Walker. Por fim, reproduziremos suas críticas ao neorrealismo, sempre tentando manter o fator sincrônico e diacrônico em evidência.

DEBATES E VERTENTES: A EMERGÊNCIA DO DISCURSO PÓS-ESTRUTURAL

De acordo com Furtado (2012), há inúmeras maneiras de se contar a história das Relações Internacionais como campo de conhecimento autônomo. Algumas delas advogam que sua concepção se deu desde Tucídides (2001) e sua narrativa sobre a Guerra do Peloponeso. Outros argumentam que a partir da filosofia política clássica já era possível identificar os embriões do que hoje é a disciplina de teoria das relações internacionais. Outra vertente traz as concepções históricas do início do Século XX de Edward Carr (2001) e Norman Angell (2002) como trabalhos que dão início às relações internacionais enquanto disciplina. Contudo, a maior parte delas faz menção ao realismo estrutural, ou Neorrealismo. A teoria exposta por Kenneth Waltz (2002) delimitou o campo de ação de uma ciência que até então era vista como desprovida de caráter científico. Sua percepção de anarquia sistêmica, conjuntamente com seu caráter mais

cientificista, e com foco na estrutura do sistema internacional, confirmou a necessidade de uma ciência cujo objeto central se caracterizava com fenômenos interestatais. Os impactos foram proeminentes. O realismo estrutural de Waltz consagrava as Relações Internacionais como uma disciplina consolidada, dotada de um método com alto grau de previsibilidade acerca do sistema internacional.

Contudo, a inquietação inicial logo se dissolveu e vieram as críticas. Primeiramente, os liberal-institucionalistas (KEOHANE; NYE, 2001) com sua matriz weberiana de poder, desenvolveram a chamada “interdependência-complexa”. A acepção central da teoria era que os Estados, estando cada vez mais interconectados, tendiam a cooperar, visto que uma eventual disputa de poder em termos neorrealistas impactaria ambos os Estados de forma negativa. A partir disto, era visível que a tendência entre a política de poder era se tornar mais custosa e limitada. Logo, se desenvolveu uma síntese entre as duas teorias, visto que ambas consideram o sistema internacional anárquico, e detêm o Estado como seu principal objeto. (KEOHANE, 1993 p. 271).

Apesar da trégua, surge no arcabouço teórico de relações internacionais uma nova abordagem, o Construtivismo², tendo Wendt (1999) como seu principal expoente. Sua motivação era analisar as variáveis ideacionais, ausentes em seus predecessores. Descartava, portanto, uma análise puramente material dos fatos, mas contemplava aspectos subjetivos como: normas, valores, regras e identidades-históricas. Apesar do construtivismo de Wendt rebater postulados Neorrealistas, a crítica construtivista corroborou com a teoria waltziana ao destacar o aprendizado constitutivo entre agente e estrutura. (WENDT, 1992, 393-394).

Neste ínterim, temos outro grupo de teóricos, totalmente obscurecidos pelos debates tradicionais e construtivistas, que obtiveram espaço dentro da disciplina de relações internacionais. Inspirados pela filosofia francesa contemporânea, questionavam os aspectos ontológicos e epistemológicos das teorias vigentes. Rejeitavam suas noções de saber e ciência, tampouco aceitavam suas delimitações metodológicas. Este movimento foi chamado de Pós-Estruturalismo ou Pós-Modernismo.

Em suma, o Pós-Estruturalismo conota-se como um movimento de desconstrução dos saberes e pressupostos históricos, trazendo à tona os postulados

² Termo usado pela primeira vez em relações internacionais por Nicholas Onuf (1989)

teóricos de Michel Foucault e seu método genealógico³, como “[...] uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios do objeto [...]” (FOUCAULT 2006, p. 7). Ao que concerne a teoria de relações internacionais, isto significa questionar os conceitos, metáforas⁴ e discursos das teorias em voga. Ao aplicar o método genealógico, visa-se demonstrar o caráter das conceitualizações, destacando modificações linguísticas, semânticas e estruturais ao longo do tempo. Neste sentido, se estamos diante de um objeto “z”, não significa que em outros períodos históricos este mesmo objeto seja entendido como “z”. Foucault, em “As palavras e as Coisas”, recorre a uma enciclopédia chinesa para nos demonstrar a criação epistemológica dos saberes,

[...] onde será escrito que os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam feito loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo, l) et Cetera, m) que acabam de quebrar bilha, n) que de longe parecem moscas. (FOUCAULT, 2011, p. XI).

Apesar do mal-estar causado por esta citação, ela sintetiza o arcabouço teórico pós-estrutural, que por sua vez, compreende seus objetos, sujeitos e sistemas de pensamento como uma correlação. Apenas é possível delimitar o sentido de determinado discurso se contextualizarmos as circunstâncias históricas em que o mesmo foi sistematizado e repercutido.

PÓS-ESTRUTURALISMO E SUAS CONCEPÇÕES: UMA META-TEORIA

O pós-estruturalismo foi incorporado ao espectro das Teorias de Relações Internacionais por autores como Richard Ashley (1984) e Rob Walker (2013), ambos os quais utilizam-se da desconstrução semântica dos conceitos das teorias convencionais. Os autores alegam que os conceitos e discursos estabelecidos não se suportam quando

³ “A genealogia seria, pois, relativamente ao projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico.” (FOUCAULT, 2005, p.15)

⁴ Compartilhamos da visão de Walker, “metáforas, analogias e modelos são um aspecto crucial da construção da teoria, até mesmo nas ciências mais rigorosas. Eles ajudam a esclarecer conceitos e a desenvolver classificações” (WALKER, 2013, p. 150)

observado o contexto histórico em que foram construídos. Questionam, portanto, a legitimidade dos discursos pré-estabelecidos e tentam buscar elementos que resgatem a historicidade do objeto. Na perspectiva de Walker,

[...] as teorias de RI não interessam tanto pelas substanciais explicações sobre as condições políticas no mundo moderno, mas sim como expressão dos limites da imaginação política contemporânea quando confrontadas com persistentes e evidentes transformações estruturais e históricas. Elas podem ser interpretadas [...] como expressões de um entendimento historicamente específico do caráter e da localização da vida política em geral. (WALKER, 2013, p. 22).

Destarte, conceitos como: Estado, soberania e anarquia são postos à prova pela teoria pós-estruturalista. Para Walker, promover tais conceitos já é admitir o significado da transformação histórica. Tratá-los sem levar em consideração suas especificidades é incorrer em um erro. Os propósitos pós-estruturalistas apresentam uma clara preocupação em abalar categorias que, em primeira análise em relações internacionais, parecem diametralmente opostas: dentro/fora, comunidade/anarquia, eu/outro. A preocupação de Walker é demonstrar como estas categorias são emaranhadas e estão em constante processo de confluência. *Ipsis literis*,

Em todas as interpretações dos principais debates, das opções conceituais e das prescrições metodológicas, minha preocupação é questionar categorias aparentemente opostas ao mostrar como, ao mesmo tempo, elas são mutuamente constitutivas e, ainda assim, estão sempre em processo de fusão. As sutis e ordenadas linhas de demarcação – espaciais – entre interno e externo ou realismo e idealismo acabam sendo transitórias e traiçoeiras. (WALKER, 2013, p. 44).

As abordagens de cunho pós-estrutural partem do pressuposto de que os fenômenos estão em constante transformação. Portanto, somente é possível abordar um objeto de forma atemporal se ignorarmos as mutações que ocorrem no fenômeno. O que nos chama atenção é o fator ontológico. Se levarmos adiante o pressuposto de que tudo está em constante movimento, significa dizer que o pós-estruturalismo renega qualquer

aspecto ontológico em termos absolutos. Pois, se algo se mantém em constante transmutação, é impossível classificá-lo. (FURTADO; MENDES, 2012, p. 207).

Neste sentido, toda a análise pós-estruturalista se recusa a estar tanto “dentro” das teorias convencionais de Relações Internacionais, quanto “fora” das estruturas científicas propostas pelas mesmas. Do mesmo modo em que evitam as práticas metodológicas convencionais, a teoria em si não se constitui de uma negação ou contraposição às mesmas. O que se busca é os limites do pensamento político-filosófico, as margens da historicidade que tangenciam os aspectos da política internacional. (ASHLEY, 1988, p. 242).

Neste ínterim, Der Derian enfatiza que pela complexidade, ambivalência e indeterminação das relações humanas – sobretudo se levado em conta à arena internacional – torna-se evidente que as teorias convencionais não oferecem todas as respostas. O pós-estruturalismo emerge como uma via de desconstrução, desafiando a própria epistemologia do discurso estruturalista (DER DERIAN, 1988, p. 192). Desafiar o cerne epistemológico significa confrontar o discurso exposto pela teoria de relações internacionais e como ele opera de forma tácita para moldar e sistematizar conceitos, correlacionando-os de forma a-histórica. (MILLIKEN, 1999, p. 231).

Apesar de crítico, o pós-estruturalismo não tem como objetivo construir uma narrativa dos debates contemporâneos pois, fazendo-o, seria o mesmo que permanecer “dentro das convenções consagradas do discurso modernista [...] e da interpretação do que é normal ou patológico convencional ou radical, legitimamente idêntico ou subversivamente diferente” (WALKER, 2013, p. 37). Ademais, a tradição também nega o pressuposto de que a “transição pós-moderna oferece novos paradigmas de pesquisa”. (IDEM, p. 41).

A principal contribuição do pós-estruturalismo é a análise de controvérsias desenvolvidas dentro da teoria de relações internacionais, sobretudo em problematizar o princípio da soberania estatal, além de questionar as fundações e estruturas da teoria neorrealista.

PÓS-ESTRUTURALISMO E SUAS CRÍTICAS AO NEORREALISMO: (DES)CONSTRUÇÃO E DEMARCAÇÕES TEÓRICAS

Apesar de autores pós-estruturalistas como Ashley (1984, 1988) e Walker (2013) fazerem críticas diretas ao neorrealismo, o objetivo desta seção não é elencá-los e fazer uma síntese das mesmas, mas sim discorrer sobre a perspectiva sincrônica das teorias convencionais de relações internacionais sob o ponto de vista diacrônico da pós-modernidade.

Ashley, em seu artigo *The poverty of neorealism*, sistematiza as críticas pós-estruturalistas ao realismo estrutural, deixando claro que seu objetivo não é desafiar autores específicos da doutrina, mas sim o realismo como um todo. Na perspectiva do autor, o neorrealismo se consagra como uma teoria: (1) estatista, (2) estruturalista, (3) utilitarista e (4) positivista.

Primeiramente, para o neorrealismo, o Estado é visto como um conceito a-histórico, e caracteriza-se como uma estrutura coesa e inquestionável (ASHLEY, 1984, p. 268). Walker enfatiza que o “Estado aparece na narrativa convencional como uma categoria formal e quase inanimada” (WALKER, 2013, p. 248). A partir disto, tomar o Estado como algo dado é deslegitimar suas transformações, visto que a emergência da soberania estatal é algo questionado na literatura⁵. Outro fator fundamental é a aceitação do Estado como único ator autônomo dentro do sistema internacional. Acatar esta premissa já é um passo teórico considerável, pois implica desqualificar qualquer tipo de instrumento de cooperação internacional, uma vez que o mesmo é o único capaz de produzir fenômenos políticos.

No segundo ponto, temos a estrutura, composta por três aspectos: (1) princípio ordenador, (2) diferenciação funcional e (3) distribuição de capacidades. O primeiro item é referente à falta de uma autoridade sobrepujante no sistema internacional; o segundo problematiza que cada Estado detém as mesmas funções básicas – garantia da sobrevivência no cenário anárquico; já o terceiro é o elemento de diferenciação. Embora possuam as mesmas funções dentro do sistema internacional, alguns Estados obtêm maior capacidade – poder – em áreas temáticas das relações interestatais. Na perspectiva de Waltz,

⁵ Para uma discussão aprofundada sobre o tema, ver: Onuf, Nicholas. *Sovereignty: Outline of a Conceptual History*. Alternatives, 16:4, Autumn 1991, 425-46.

[...] definir uma estrutura requer ignorar como as unidades se relacionam entre si (como elas interagem) e concentrar a atenção na sua posição umas em relação às outras (como estão organizadas ou posicionadas). As interações, como tenho insistido, acontecem ao nível das unidades. Como as unidades se colocam umas em relação às outras, a forma como são organizadas ou posicionadas, não é uma propriedade das unidades. A disposição das unidades é uma propriedade do sistema. (WALTZ, 2002 p. 115).

A premissa pode ser interpretada numa falsa crença de que os Estados estão atados a uma estrutura fixa e imóvel. De acordo com a visão de Ashley, a interpretação ontológica de Estado para o neorrealismo se dá antes da estrutura do sistema internacional. Contudo, em sua explanação, Waltz recorre à teoria da firma microeconômica para explicitar a racionalidade dos Estados, indicando uma falha sistêmica em seu conceito (ASHLEY, 1984, p. 240). Os críticos do neorrealismo, diz Walker, “têm argumentado que as estruturas do sistema internacional tratadas pelos neorrealistas como mais ou menos universais e eternas são, de fato, as consequências específicas de condições históricas e particulares”. (WALKER, 2013, p. 162).

O terceiro fator se dá pelo utilitarismo. A teoria neorrealista utiliza-se da lógica utilitarista como base para a tomada de decisão. Neste prisma, os Estados são os atores racionais que com, suas predições, interesses e cálculos, dão forma ao sistema internacional. Visto que a análise realista só leva em conta fatores materiais, não há regras, normas, expectativas mútuas, ou princípios que indiquem de que forma os atores vão se comportar no cenário anárquico. Em última análise, a evolução de toda a interação entre os Estados, num cenário onde todos os Estados buscam sua sobrevivência, só pode ser o caos. (ASHLEY, 1984 p. 245).

Por fim, o positivismo neorrealista desconsidera elementos ideacionais em sua análise, pretendendo manter-se como uma ciência neutra e isenta de postulados ideológicos e morais em suas atribuições. Contudo, tal postura, para os pós-estruturalistas, endossa por si só seu caráter ideológico. (IDEM, p. 262).

Para Walker, para analisar os problemas apresentados pelas teorias de relações internacionais, sobretudo o neorrealismo, é necessário adentrar dentro de um discurso disciplinar específico,

[...] a reivindicação à universalidade dentro dos Estados se torna o terreno no qual uma tradição da teoria de RI pode ser construída pelo discurso da negação. Contra ordem, anarquia; contra paz, guerra; contra justiça e autoridade legítima, um mero poder e regras de acomodação; contra progresso e emancipação, mera contingência e eterno retorno. A única alternativa a

negação, certamente, acaba sendo uma afirmação da esperança de que um dia, de algum modo, tudo o que é presumido como possível do lado de dentro possa ser entendido para o lado de fora – uma esperança constantemente protelada, e de fato, só especificada como uma condição de sua própria impossibilidade em tudo que não seja o espaço limitado do soberano. (WALKER, 2013, p. 224).

Neste prisma, seguramente, a anarquia nas relações internacionais pode ser compreendida como a condição implícita que torna possível as alegações sobre a universalidade dentro dos Estados. A suposição da violência no sistema internacional permite que se busque a paz e a justiça dentro dos limítrofes estatais. Portanto, reconhecer o neorrealismo como discurso dominante nas relações internacionais é o primeiro passo para se buscar uma alternativa. De acordo com Resende, “a separação entre o de “dentro” e o de “fora” – o nacional e o internacional – leva-nos a pensar que a ética somente pode ocorrer dentro do Estado, enquanto o internacional seria o lugar da amoralidade, já que é anárquico.” (RESENDE, 2010, p. 58).

Ou seja, a separação entre o que está dentro e o que está fora do Estado é arbitrária, sendo o primeiro relacionado com a ordem e o segundo, a anarquia. Este tipo de sistematização pode ser estendido para boa parte dos problemas internacionais, e é esta generalização que o pós-estruturalismo tenta combater. Todavia, trata-se de uma tarefa de altíssima complexidade, visto que a teoria neorrealista possui ampla aceitação dentro da comunidade científica; para Walker,

O segredo do realismo (...) é manter-se atrelado a categorias aparentemente estáveis e seguras, como autodeterminação (...) e afirmar ser capaz de lidar com as consequências dessa postura. Isto termina simplesmente afirmando que certos tipos de violência são legítimos em nome da manutenção dessa ideia de liberdade e autodeterminação. Portanto, trata-se de uma disciplina muito fechada, mas não estúpida. É politicamente brilhante, mesmo que intelectualmente incoerente. É preciso entender a diferença entre incoerência intelectual (...) e “seus efeitos políticos”. (2013b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar em Teoria de Relações Internacionais suscita algumas questões importantes. Não há uma delimitação clara das fronteiras de conhecimento que cerceie as abordagens de relações internacionais. Há vertentes que a enfatizam como uma ciência autônoma, uma disciplina específica, estrutural e positivista. Afirmar que as Teorias de Relações Internacionais são uma área livre de qualquer tipo de influência externa é tratá-las de maneira a-histórica, relegar seu passado, presente e futuro e mistificar a construção de seus conceitos e identidades. Faz-se necessário dizer que as Relações Internacionais, e consequentemente seus aspectos teóricos, provêm de diversas áreas do conhecimento.

Ao que tange o prisma pós-estruturalista, ignorá-lo torna-se um erro. Debates que em outras ciências já estão há muito consolidados, em Relações Internacionais ainda são vistos como um desvio teórico das abordagens hegemônicas. É imperativo que se amplie o nosso escopo de análise, tentando estabelecer novos rumos a serem trilhados. É nesta seara que o pós-estruturalismo encontra seu mérito; além de ser uma vertente totalmente crítica da teoria dominante, nos guia para uma análise mais minuciosa e detalhada, tentando estabelecer a genealogia do discurso dominante. Destarte, desmerecer teorias que não se fundam no cerne positivista é contribuir para a estagnação do campo de estudo.

Por fim, pela análise proposta, percebem-se os limites de conhecimento da teoria neorrealista e seu caráter a-histórico para lidar com questões que se encontram no presente. A estrutura anárquica internacional modificou-se de forma profunda desde a sua concepção teórica, não sendo mais possível entender as relações internacionais em termos diametrais como ordem/anarquia, paz/Guerra, eu/outro, dentro/fora, etc. Há que se conceber o espectro internacional como um prisma multifacetado, onde há atuação dos mais diversos atores, sejam eles estatais, interestatais ou transnacionais, em um específico contexto espaço-temporal.

REFERÊNCIAS

ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. São Paulo: UnB, 2002.

ASHLEY, R. **The Poverty of Neo-Realism**. International Organization, v. 38, n. 2, p. 225-286, 1984.

_____. **Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique**.

Millennium: Journal of International Studies, v. 17, n. 2, p. 227-262, 1988

CARR, Edward. **Vinte anos de crise**: São Paulo: UnB, 2001.

DER DERIAN, James. **Introducing Philosophical Traditions in International Relations**. Journal of *International Studies* June 1988 17: 189-193.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005

_____. **As Palavras e as Coisas**. 9ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011

_____. **Microfísica do Poder**. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FURTADO, Henrique; MENDES, Cristiano. **Tempo e repetição na teoria de relações internacionais**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.6, n.2, p. 201-216, maio-ago. 2012.

FURTADO, Henrique. *Os limites do pós-estruturalismo*. Minas Gerais. Dissertação, Mestrado em Relações Internacionais. PUC-MG, 2012.

KEOHANE, Robert. **Institutional Theory and the Realist Change After the Cold War**. In: BALWIN, David. (ed.). Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate. New York: Columbia University Press, 1993.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. 3ª ed. New York: Longman, 2001.

MILLIKEN, Jeniffer. **The Study of Discourse in International Relations: A critique of research and methods**. European Journal of International Relations, June 1999 5: 225-254,

ONUF, N. **World of our making: rules and rule in social theory and International Relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

ONUF, Nicholas. **Sovereignty: Outline of a Conceptual History**. Alternatives, 16:4, Autumn 1991, 425-46.

RESENDE, Erica. **A crítica pós-moderna/pós estruturalista nas relações internacionais**. SENHORAS, E. M.; CAMARGO, J. F. (orgs). Coleção Relações Internacionais, vol. 2. Roraima: Editora UFRR, 2011.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. São Paulo: UnB, 2001.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside**: Relações Internacionais como teoria política. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO: Ed. Apicuri, 2013.

_____. **Entrevista concedida à Revista da História**, 2013b. Disponível em: <http://goo.gl/ZJUwdf> Acesso: 30/07/2015.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it**: the social construction of power politics. *International Organization* 46,2, Spring 1992

_____. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.